

Desenvolvimento e educação em comunidades indígenas: uma parceria necessária

Development and education in indigenous communities: an usefull partnership

Desarrollo y educación en comunidades indígenas: una aparcería necesaria

Marta Regina Brostolin

Universidade Católica Dom Bosco

contato: brosto@ucdb.br

Resumo: O presente artigo aborda o tema desenvolvimento, questiona a forma como ainda se apresentam projetos na área, preocupados com a produção e não com as pessoas, principalmente quando se trata de planos e estratégias de desenvolvimento voltados para as comunidades indígenas. Na concepção atual, o processo de desenvolvimento deve estar centrado no ser humano, na busca por uma qualidade de vida. Nesta perspectiva, a educação pode ser o espaço promotor de uma relação intercultural de respeito, autonomia e desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento; educação; comunidades indígenas.

Abstract: This article reports on the theme of development, questioning how the projects are presented in this area, always concerned with production and not people, mainly when development and strategies are planned for the Indian community. In today's conception, the developmental process must focus on the human being, seeking good life quality. From this viewpoint, education can be the promoting area for an intercultural relationship of respect, autonomy and development.

Key words: Development; education; Indian communities.

Resumen: El presente artículo aborda el tema desarrollo, cuestiona la manera como aún se presentan los proyectos en el área, preocupados con la producción y no con las personas, principalmente cuando se trata de planes y estrategias de desarrollo direccionados a la comunidad indígenas. En la actualidad, el proceso de desarrollo debe estar centrado en el ser humano, en la búsqueda de una cualidad de vida. En esta perspectiva, la educación puede ser el espacio promotor de una relación intercultural de respeto, autonomía y desarrollo.

Palabras claves: Desarrollo; educación; comunidades indígenas.

1. Introdução

Desenvolvimento é o desafio mais presente que a humanidade enfrenta nos dias de hoje. A maioria dos planos de desenvolvimento no mundo em desenvolvimento seria muito diferente se sua preocupação fosse com as pessoas e não com a produção.

Uma estratégia de desenvolvimento humano deve ser descentralizada para envolver a participação da comunidade. Objetivos notáveis de desenvolvimento humano adotados em planos nacionais são frequentemente frustrados porque aos beneficiários é dada pouca oportunidade de participação no planejamento e implementação. Quando os projetos se destinam a comunidades indígenas, a situação é mais séria ainda.

Os agentes promotores não levam em conta, suficientemente, as características culturais de cada povo, a forma tradicional de como organizam sua economia, ou então, transferem determinadas características de um grupo para outro, generalizando aspectos não generalizáveis, ou transferindo para os índios desejos e aspirações dos agentes não-índios.

Em Mato grosso do Sul, estado que abriga a segunda maior população indígena do Brasil, em torno de 51.000 índios, é comum transferirem experiências dos Terena para os Guarani, partindo da falsa suposição de que os índios são fundamentalmente, iguais.

Bremen (1987) denuncia a tendência de agentes promotores de projetos de desenvolvimento, de considerar as comunidades indígenas como inseridas na mesma problemática da sociedade envolvente. São pobres e logo inserem-se no amplo leque da marginalização social, sinalizando para a complexa e importante relação entre etnia e classe na América Latina.

O autor ainda questiona a validade de afirmações constantes em muitos projetos sobre a participação dos indígenas em sua elaboração. Ao analisar os argumentos indígenas para a concordância com as propostas em questão, percebe que os mesmos coincidem com os dos promotores. E ao analisar a concordância das comunidades indígenas quanto às propostas formuladas por agentes externos, percebe também o autor que a concordância ocorre não pelas razões que motivam o projeto, mas sim, para satisfazer suas necessidades imediatas.

Contribui também para o fracasso de muitos projetos a falta de perspectiva para a pequena produção agrícola em geral, no contexto da política agrícola em vigor.

Esse é um dado de difícil compreensão para muitos povos indígenas, sendo difícil chegar a uma certa ou até necessária adequação entre as exigências do mercado regional e as características/condições próprias das mesmas comunidades.

Entretanto, ao procurarem soluções de

problemas de curto prazo, acabam agravando ou criando problemas estruturais no sentido de provocarem maior dependência.

E essa **dependência**, (grifo nosso), não conduz a um desenvolvimento, pois segundo Carpio Martin, em seu artigo *Perspectivas de Desenvolvimento Local*,

[...] o desenvolvimento local deve ser medido não em termos de aumento de capital, mas sim a medida que reduz a dependência das comunidades locais e promove a melhoria na qualidade de vida (Martin, [s.d.], p. 3).

Carpio Martin (1999), ainda afirma que

El desarrollo local es el reactivador de la economía y dinamizador de la sociedad local, mediante el aprovechamiento eficiente de los recursos endógenos existentes en una determinada zona, capaz de estimular y diversificar su crecimiento económico, crear empleo mejorar la calidad de vida de la comunidad local, siendo el resultado de un compromiso por el que se entiende el espacio como lugar de solidaridad activa. Lo que implica cambios de actitudes y comportamientos de grupos y individuos.

Podemos, então, entender Desenvolvimento Local como a apropriação pela comunidade e pelo ambiente dos benefícios econômicos dos processos de produção, através de um movimento participativo e articulado dos diversos agentes locais, criando sistemas sustentáveis que diminuam os desequilíbrios sócio-ambientais do crescimento econômico; aumentem a oferta de trabalho; contribuam para o equilíbrio entre os planos territorial e social; coordenem e articulem políticas públicas de intervenção nas áreas de promoção econômica e ordenamento territorial e compatibilizem a promoção socioeconômica e a proteção do patrimônio natural e cultural.

2. Desenvolvimento humano, social e sustentável

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão de seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio meio-ambiental. Portanto, não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua

comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico. Enfim, o processo de transformação requerido pelo desenvolvimento implica necessariamente a evolução cônica e autônoma do padrão de vida interno e externo de toda a população.

Em vista disso, a regra teórica básica, que fundamenta o capitalismo moderno, tem sido a de que todo desenvolvimento se caracterize predominantemente como processo de transformação econômica com resultado imediato na área social, visando, por excelência, ao crescimento do padrão de vida externo da população no seio da qual o mesmo ocorre. Neste caso, a transformação social é vista como consequência da transformação econômica, o que não se comprova, do ponto de vista histórico, principalmente nos países subdesenvolvidos e/ou em via de desenvolvimento. Pelo contrário, o aumento da riqueza econômica não concebido, produzido e partilhado pela base populacional desses países, dentre eles o Brasil, ao invés de gerar e alavancar a qualidade de vida de sua gente a tem agravado de maneira brutal e contínua, evidentemente no sentido dos segmentos populacionais de base para os de elite.

Nos enfoques recentes do problema do desenvolvimento, o relevante consiste, talvez, em considerar não que o crescimento comporte aspectos sociais, mas que os avanços sociais que aparecem simplesmente como meta ou resultado final, sejam, na realidade fatores contribuintes para o desenvolvimento e parte indispensável do processo de crescimento econômico, mediante o qual se pode atingir mais adiante melhores condições de bem-estar humano.

Portanto, o que nos parece lógico é que as duas frentes de desenvolvimento – a social e a econômica – andem interativamente juntas, a social potencializando as pessoas para se tornarem sujeitos e agentes e a econômica ensejando sustentação material e apoio instrumental ao alavancamento da social no curso processual, disso resultando, aí sim, partilha da quantidade com qualidade em todas as dimensões de concretude da vida humana: saúde, higiene, salubridade, trabalho, segurança, educação, moradia, lazer, cultura, iniciativa, criatividade e congêneres.

A melhoria da qualidade de vida está

condicionada à satisfação integral das necessidades básicas dos seres humanos do local, as quais podem ser resumidas em : subsistência (trabalho, alimentação, moradia, saúde, procriação, humor); proteção (segurança, direitos sociais, família); afeto (auto-estima, vontade, sensualidade, solidariedade, generosidade); entendimento (consciência crítica, curiosidade, instrução, capacidade de análise e interpretação); participação (disposição, diálogo, interação); ócio (despreocupação, tranquilidade, tempo livre); criação (inventividade, imaginação, intuição, paixão); identidade (memória, coerência, reconhecer-se, diferença, compromisso) e liberdade (autonomia, autodeterminação, assumir-se, arriscar) (Martin, 1999).

Uma política de desenvolvimento voltada para a satisfação das necessidades humanas, entendida em seu sentido mais amplo, transcende a racionalidade econômica convencional porque compromete o ser humano em sua totalidade. As relações que se estabelecem e que podem estabelecer-se entre necessidades e suas satisfações, devem possibilitar a construção de uma filosofia e uma política de desenvolvimento autenticamente humanista.

Conceber as necessidades tão somente como carência, implica restringi-las ao aspecto puramente fisiológico, que é precisamente o âmbito em que a necessidade assume com maior força e clareza, a sensação de falta de algo.

Portanto, na medida em que as necessidades surgem, motivando e mobilizando as pessoas, surgem também potencialidades que ainda podem chegar a ser recursos.

Assim, entendidas as necessidades como carência e potência, revelam um processo dialético constituindo um movimento incessante.

Essa situação obriga a repensar o contexto social das necessidades humanas de uma maneira radicalmente distinta de como tem sido habitualmente pensado por planejadores sociais e promotores de políticas de desenvolvimento.

Neste enfoque, torna-se necessário elaborar uma teoria das necessidades humanas para o desenvolvimento que nos sirva como instrumento de política e ação, pois quando se fala em desenvolvimento , fala-se em me-

lhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável).

Franco (2000, p. 36) afirma

Sabemos mais ou menos quais são os ingredientes básicos do desenvolvimento humano e social sustentável. Sabemos que, em geral, para se desenvolver é preciso crescer, mas crescer sustentavelmente, produzir mais e melhor, sem inviabilizar a vida das gerações futuras distribuindo com mais equidade os frutos desse crescimento.

3. Desenvolvimento e educação: uma parceira necessária.

O desenvolvimento em escala humana requer uma reestruturação e promoção de conhecimentos que despertem a consciência crítica e os instrumentos cognoscitivos necessários para contrapor as múltiplas formas de dependência. Essa promoção de conhecimentos se dá através da educação e, ao relacionar educação e desenvolvimento, não devemos pensar como processos independentes, que só se associam por imposições das circunstâncias históricas do presente. Embora o assunto, em si, pareça moderno e atual, o progresso social jamais deixou de apresentar definidas dimensões educativas. Se isso não tivesse acontecido, não poderíamos sequer compreender o significado da educação no mundo moderno, ou seja, sua importância como fator de reconstrução social.

Diz-se que uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades. E para isso acontecer é necessário a reunião de vários fatores, dentre eles, o nível educacional da população. É preciso a existência de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios, buscando apoio no poder local e em outros níveis de governo, pois desenvolver, implica sempre em mudanças e participação da sociedade.

Portanto, o desenvolvimento local implica na formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente com a ajuda de todos os agentes e fatores externos, agenciar e gerenciar todo o processo de de-

envolvimento da respectiva localidade, ao invés de apenas participar de propostas ou iniciativas de desenvolvimento que venham de fora.

O desenvolvimento local é pois, a dinamização da população, a valorização dos recursos locais, a criação de empregos e ajuda as mulheres e jovens, a implementação da economia social, a criação de empresas, a dinamização da cultura local e capacidade criativa e a investigação de novas tecnologias de desenvolvimento, porque, investigar é, antes de tudo, praticar o exercício da criatividade. Investigar é ver aquilo que os outros não vêem e pensar naquilo que os outros não pensaram. Ênfim, investigar é a busca de novos enfoques para a participação real na criação de novas iniciativas de desenvolvimento.

Podemos dizer que estamos diante de um processo de Desenvolvimento Local quando houver um processo de aproveitamento dos recursos e riquezas de um determinado local ou região, os quais podem ser valorizados e transformados através do efetivo envolvimento da comunidade, resultando na melhoria da qualidade de vida da população através da geração de empregos, renda e acesso à saúde e educação.

Quando centramos como objetivo do Desenvolvimento Local a qualidade de vida, é necessário investigar o que determina essa qualidade de vida de uma pessoa ou comunidade, principalmente quando situada em outra tradição cultural. É nesse caso, emerge com força a especificidade de uma proposta de desenvolvimento voltada para as comunidades indígenas. É fundamental atentar não apenas para as necessidades/demandas e bens econômicos ou recursos, mas para as formas internas de organização, suas estruturas políticas e sociais, valores, normas, espaço e cosmovisão. As economias indígenas articulam-se em torno das relações de parentesco, com divisão sexual de trabalho e voltadas para a geração de alimentos para consumo.

Cabe destacar que é sobre as economias indígenas que mais se faz sentir o impacto da perda dos territórios e a destruição dos recursos naturais, obrigando-as a passar de uma enorme diversidade e multiplicidade de alternativas de subsistência para uma ou

duas, apenas.

O grande desafio para os projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas é a dificuldade em articular os saberes indígenas com o conhecimento ocidental. A construção de alternativas econômicas nessas comunidades passa hoje, necessariamente, pela parceria entre os dois conhecimentos.

A educação escolar pode ser o elo de ligação entre as duas culturas, sendo a escola um agente educativo, socializador e parceiro, oferecendo uma educação sintonizada com os direitos, interesses, necessidades e as especificidades da cultura indígena, transformando o ensino escolar em espaço de articulação de informações, práticas pedagógicas e reflexões dos próprios índios sobre seu passado, seu futuro, sobre seus conhecimentos, seus projetos e a definição de um lugar em um mundo globalizado.

Uma escola que faça com que o índio queira continuar a ser índio e não ficar desejando abandonar a aldeia, que ofereça uma educação do índio e não para o índio.

Referências bibliográficas

- ÁVILA, V. F. *Formação educacional em Desenvolvimento Local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000.
- BRANDÃO, C. R. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BREMEN, V. *Fluentes de caz y recolecion modernas*. Proyectos de ayuda al desarrollo destinados a los indígenas del Gran Chaco. [S.l.: s.n.], 1987.
- CEPAUR, F. D. H. *Desarrollo e escala humana*. Chile: Santiago, 1986.
- DURKHEIM, E. *Educación e Sociología*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- LÓPES, T. *Servicio social y desarrollo local*. In: Colegio de Asistentes Sociales. Chile, 1991.
- MARTIN, C. Nuevas realidades en el desarrollo local en España e Iberoamérica. In: Seminário Internacional sobre perspectivas de desarrollo local en Iberoamérica. *Anais...* Santiago de Compostela. 1999.
- NERY, N. A importância do animador no processo de desenvolvimento local. In: CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Programa de formação de lideranças e técnicos em desenvolvimento local sustentável. Módulo II. Brasília: CONTAG, 1998.
- VINUESA, M. A. T. Ordenacion del territorio y desarrollo territorial: la construcción de las geografías del futuro. In: *Lecturas geograficas - homenagem ao Prf. Estébanes Alvaréz*. Madrid: UCM, 1999.